

mercado

COTAÇÕES/ONTEM

| | |
|-----------------|-----------------|
| Bovespa | +2,65% |
| Dólar livre | R\$ 1,713/1,715 |
| Dólar turismo | R\$ 1,650/1,830 |
| Poupança (hoje) | 0,5488% |
| Euro em Londres | 1,3209 dólar |

INTERNET

Baidu, principal site de buscas chinês, vai abrir escritório em SP
Pág. B8 ▶

Brasil quer acelerar usinas em vizinhos para garantir energia

Construção de hidrelétricas em países amazônicos, com financiamento do BNDES, é plano B para atrasos

Preço da energia gerada no Peru seria um terço menor do que a brasileira; Eletrobras faria conexão regional

JULIO WIZIACK
DE SÃO PAULO

O governo brasileiro criou um "plano B" para ampliar a oferta de energia. Para isso, está acelerando um projeto de integração com os países vizinhos, onde pretende construir hidrelétricas conectadas ao Brasil.

O principal projeto é com o Peru. A **Folha** apurou que o acordo binacional com o país está prestes a ser enviado ao Congresso Nacional (nos dois países).

Também avançaram as negociações com Uruguai, Argentina, Bolívia e Venezuela para novos empreendimentos (não somente hidrelétricas). Colômbia, Guiana e Suriname mantêm conversas.

Além do governo federal, a Eletrobras é outro pivô desse programa, que também contará com o setor privado.

Só a Eletrobras pretende acrescentar 18 GW ao sistema com unidades no exterior até 2020. A quantia representa quase um terço do que o Brasil precisa até lá. Essas usinas estarão interligadas por 10 mil quilômetros de cabos.

Ao romper as fronteiras, o Brasil tenta ampliar a margem de segurança para o fornecimento interno de energia no futuro, já prevendo atrasos no cronograma das hidrelétricas que serão implantadas em território nacional.

Estimativas do governo mostram que, para atender ao crescimento da demanda, será preciso acrescentar 70 GW de capacidade de geração de energia até 2020.

Segundo o secretário de Planejamento Energético do Ministério das Minas e Energia, Altino Ventura, os projetos do próprio governo no exterior responderão por um "acréscimo marginal".

Mas, somando com os projetos da Eletrobras e da iniciativa privada que preveem interconexão com o sistema elétrico brasileiro, haveria um aumento de capacidade de quase 30 GW — mais que o dobro de Belo Monte, a maior hidrelétrica em construção, no rio Xingu (PA).

Juntas, essas obras consumirão recursos de pelo menos R\$ 58 bilhões e o BNDES poderá financiar a totalidade desses empreendimentos, desde que sejam controlados por empresas nacionais.

ENERGIA MAIS BARATA

Outro motivo que estimula o governo brasileiro é o custo futuro da energia.

Atualmente, não há mais rios no país com potencial para geradoras do porte de Belo Monte, que produziram energia a preço baixo.

No Peru, onde o potencial hídrico é praticamente inexplorado, o MWh de energia

gerada por Inambari custaria US\$ 52. Em Cachuela Esperanza, na Bolívia, sairia por US\$ 58. Caso fossem implantadas no Brasil, o MWh custaria US\$ 77, segundo projeções da consultoria PSR.

A **Folha** apurou que, por isso, o governo quer importar em cotas que variam de 70% a 80% da energia produzida pelos vizinhos.

A maioria dos grandes empreendimentos em andamento ou estudo fica nos países da região amazônica — Peru, Bolívia, Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela.

O Peru é o alvo prioritário porque tem uma demanda baixa de energia e responde por 14% do potencial hídrico da América Latina.

A primeira fase do programa com o governo peruano prevê seis usinas com capacidade de gerar 22 GW, quase duas Belo Monte. O investimento é de US\$ 16 bilhões.

Apesar do foco na Amazônia, outros países atraem. Na Argentina, o governo constrói uma usina binacional de US\$ 4,8 bilhões. Na Bolívia, estuda-se a construção de outra obra binacional.

AS HIDRELÉTRICAS NA AMÉRICA

Usinas construídas pelo Brasil no exterior vão responder por 10% do aumento de energia no país



US\$ 52

é o preço médio do MWh de energia produzida por Inambari, no Peru, caso seja importada. No Brasil, esse preço seria US\$ 77

18 GW

é a capacidade de geração de energia que a Eletrobras pretende somar com os projetos em andamento no exterior

10.000 km

é a extensão das linhas de transmissão para interconectar essas usinas ao sistema elétrico brasileiro

PRINCIPAIS PROJETOS

| País | Número de usinas | Potência, em MW | Situação | Custo previsto (em R\$ mil) |
|-----------|------------------|-----------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Argentina | 1 | 2.000 | Em andamento | 8.300 |
| Peru | 6 | 20.000 | 1 em andamento; o restante em estudo | 27.680 |
| Uruguai | 1 | 2.000 | Em estudo | 4.100 |
| Bolívia | 1 | 800 | Em estudo | 2.595 |
| Colômbia | 2 | 1.200 | Em estudo | 5.536 |

HIDRELÉTRICAS BRASILEIRAS*

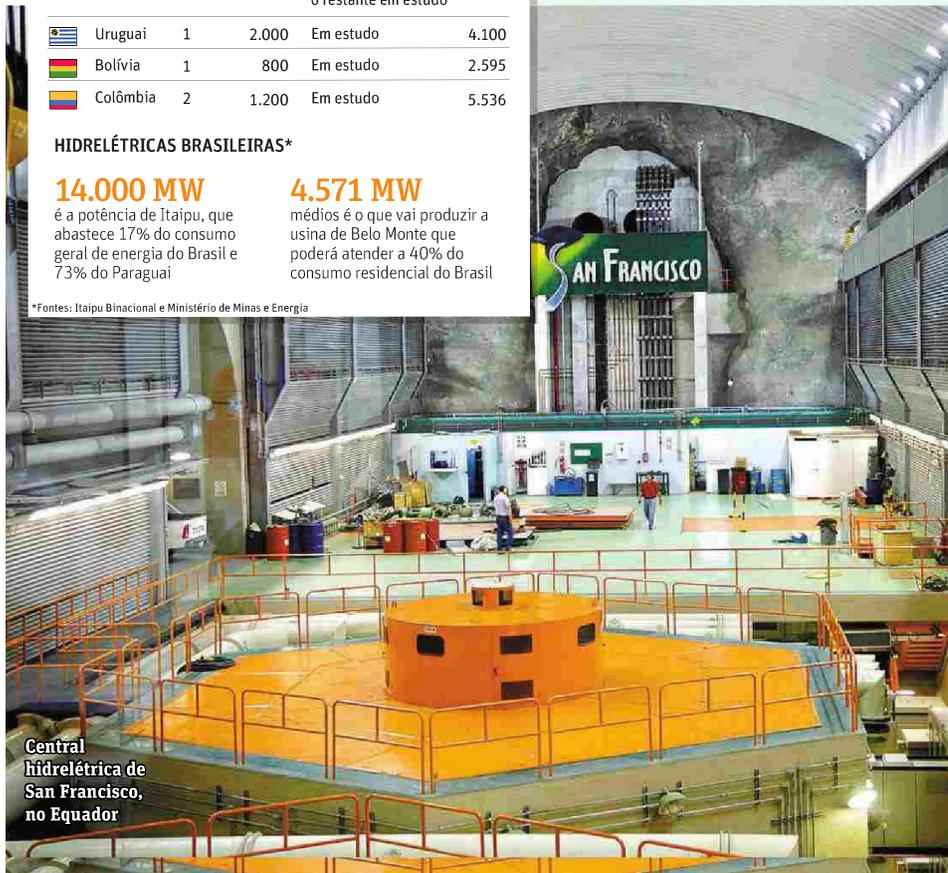
14.000 MW

é a potência de Itaipu, que abastece 17% do consumo geral de energia do Brasil e 73% do Paraguai

4.571 MW

médios é o que vai produzir a usina de Belo Monte que poderá atender a 40% do consumo residencial do Brasil

*Fontes: Itaipu Binacional e Ministério de Minas e Energia



Central hidrelétrica de San Francisco, no Equador

Glenda Giacomelli - 05.dez.11/El Comercio

“O que existe é um interesse compartilhado.

Se o Brasil não sair na frente desse processo [de integração], ele não acontecerá

ALTINO VENTURA
secretário de planejamento energético do Ministério de Minas e Energia

Protesto contra 'imperialismo' é obstáculo à expansão

DE SÃO PAULO

Embora os países com os quais o Brasil negocia sejam favoráveis ao "compartilhamento energético", organizações de defesa de direitos civis nesses países acusam o Brasil de "imperialismo".

As maiores frentes de resistência estão no Peru, onde o governo teve de retirar uma cláusula do projeto que será enviado ao Congresso, pre-

viendo que o Brasil importaria quase toda a energia gerada pela usina de Inambari, nos primeiros anos.

Agora, o Brasil ficará com um terço e com a opção de importar mais caso não haja demanda interna no Peru.

Para a mudança, as comunidades locais fizeram protestos coordenados. A DAR (Derecho Ambiente e Recursos Naturales), por exemplo, chegou a imprimir "contas de

luz" com um alerta: "Racionem energia porque estamos abastecendo os consumidores brasileiros".

A pressão surtiu efeito e as autoridades peruanas foram obrigadas a incluir uma cláusula mais favorável ao país.

Os ambientalistas peruanos criticam ainda a "exportação" para lá do passivo ambiental brasileiro (prejuízos ao ambiente, caso o país construísse as usinas plane-

jadas para o Peru em seu próprio território).

Parte das obras no Peru será financiada com recursos do BNDES, que também liberou dinheiro para a construção da hidrelétrica de Tumarín, na Nicarágua. Ambos são projetos com a participação da Eletrobras. "A empresa é uma parceira importante", diz Luciene Machado, superintendente de comércio exterior do BNDES. (JW)